

YASSER CRISTIAN DE SOUZA GALANTE

OS REQUISITOS PARA A TIPICIDADE DA PERTURBAÇÃO DE SOSSEGO

Artigo Científico apresentado ao Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, para obtenção de grau na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, em Direito.

Prof. Orientador: Alisson Henrique Gonçalves Rosário

Ji-Paraná/RO

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

G147r

Galante, Yasser Cristian de Souza.

Os requisitos para a tipicidade da perturbação de sossego. /
Yasser Cristian de Souza Galante. – Ji-Paraná, 2024.
19 p.

Artigo Científico (Curso de Direito) – Centro Universitário
São Lucas Ji-Paraná, 2024.

Orientador: Prof. Esp. Alisson Henrique Gonçalves Rosário.

1. Perturbação de sossego. 2. Requisitos. 3. Tipicidade. 4.
Legislação. 5. Estudos de caso. I. Rosário, Alisson Henrique
Gonçalves. II. Título.

CDU 343.6

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Bibliotecário Giordani Nunes da Silva CRB 11/1125

OS REQUISITOS PARA A TIPICIDADE DA PERTURBAÇÃO DE SOSSEGO

Yasser Cristian De Souza Galante¹

Alisson Henrique Gonçalves Rosário²

RESUMO: O objetivo principal desta pesquisa é examinar o princípio da intervenção mínima diante dos casos de perturbação do sossego alheio, especialmente relacionados à emissão de ruídos que afetam a paz pública e os bons costumes. Tal questão é relevante dada a presença de uma cultura de desrespeito social. O ponto de partida deste estudo envolveu a análise dos conceitos e definições doutrinárias e legais pertinentes à proteção dos bens jurídicos na sociedade brasileira, considerando as diferentes tipificações penais. A perturbação do sossego alheio pode ocorrer em qualquer momento do dia ou da noite, tendo em vista, este trabalho investiga os requisitos necessários para que uma conduta seja considerada tipicamente perturbadora do sossego público. Explorando tanto os aspectos objetivos quanto subjetivos, analisa-se a legislação pertinente e estudos de caso para compreender como tais requisitos são aplicados na prática jurídica.

Palavra-chave: Perturbação de sossego; requisitos; tipicidade; legislação; estudos de caso.

REQUIREMENTS FOR THE TYPICITY OF DISTURBANCE OF PEACE

ABSTRACT: The main objective of this research is to examine the principle of minimum intervention in cases of disturbing the peace of others, especially related to the emission of noise that affects public peace and good customs. This question is relevant given the presence of a culture of social disrespect. The starting point of this study involved the analysis of doctrinal and legal concepts and definitions pertinent to the protection of legal assets in Brazilian society, considering the different criminal typifications. Disturbing the peace of others can occur at any time of the day or night, with this in mind, this work investigates the necessary requirements for a conduct to be considered typically disturbing the public peace. Exploring both objective and subjective aspects, relevant legislation and case studies are analyzed to understand how such requirements are applied in legal practice.

¹ Acadêmico do 10 período de Direito no Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná. E-mail: ytoledinho@gmail.com@hotmail.com

² Professor orientador, Professor orientador, Especialista em Direito em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade de Santa Cruz do Sul, 2020, Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná, 2017. E-mail: alisson.rosario@saolucasjiparana.edu.br.

Keywords: Disturbance of peace, requirements, typicality, legislation, case studies.

1. INTRODUÇÃO

O artigo propõe uma análise aprofundada dos posicionamentos doutrinários e das decisões jurídicas relacionadas à perturbação do sossego e da tranquilidade, focalizando especificamente na emissão de ruídos sonoros. Destaca-se a abordagem sob a ótica do princípio da intervenção mínima do direito penal, questionando a necessidade de sua aplicação diante de infrações ligadas à poluição sonora, considerada crime ambiental. Ao explorar as gradações legais, destaca-se a relevância da discussão sobre os tipos penais da perturbação do sossego público e da tranquilidade presentes na lei das contravenções penais.

A pesquisa busca compreender como essas leis visam tutelar diferentes interesses, como saúde, paz pública e bons costumes, ao mesmo tempo em que enfrentam desafios complexos relacionados à preservação desses valores.

O artigo promete uma análise crítica desses desafios, destacando as divergências doutrinárias e as variadas decisões judiciais que moldam o entendimento e a aplicação dessas normas na prática. A pesquisa se mostra relevante ao examinar como a jurisprudência lida com a delicada questão da perturbação do sossego, evidenciando a busca por equilíbrio entre a preservação do princípio da intervenção mínima do direito penal e a necessidade de proteger valores fundamentais da sociedade.

A linha de pesquisa frente ao trabalho é adotada devido às práticas reiteradas de perturbação do sossego por parte de uma cultura de desrespeito social em relação à emissão de ruídos sonoros em excesso. Esta problemática é amplamente observada em várias comunidades e tem impactos significativos na qualidade de vida das pessoas.

As normas e regulamentos são estabelecidos para lidar com essas questões e promover um ambiente mais harmonioso e tranquilo para todos. No entanto, mesmo com a existência dessas normas, muitas vezes elas são infringidas por pessoas que deveriam conhecê-las e respeitá-las. Em alguns casos, o descumprimento das normas ocorre por vontade própria, seja por falta de consciência sobre os efeitos de suas ações ou por desconsideração deliberada

pelas regras estabelecidas.

Essa problemática se manifesta especialmente em contextos de convivência próxima, como condomínios ou vizinhanças residenciais, onde o comportamento de alguns indivíduos pode afetar diretamente o bem-estar dos outros. O alto volume de som proveniente de residências ou veículos, por exemplo, pode causar desconforto e perturbação para os que estão ao redor.

Portanto, a pesquisa nesse campo busca entender as causas subjacentes desse comportamento desrespeitoso, identificar estratégias eficazes para promover o cumprimento das normas existentes e desenvolver medidas preventivas para reduzir a incidência de perturbações do sossego relacionadas ao ruído excessivo. Isso pode envolver estudos sobre psicologia social, políticas públicas, intervenções comunitárias, tecnologias de redução de ruído, entre outros aspectos relevantes. O objetivo é contribuir para a promoção de ambientes mais pacíficos e habitáveis para todos.

Desenvolvido por intermédio de pesquisas bibliográficas, tal como livros e julgados, referentes às problemáticas tratadas no âmbito da perturbação do sossego público e da tranquilidade da pessoa, busca-se por fazer um paralelo das previsões legais existentes quanto a sua aplicação para os casos específicos e com enfoque no direcionamento à área administrativa, cível e penal.

Além, da observação dos pensamentos doutrinários e julgados na área do direito a respeito do Meio Ambiente. Foram adotados como base para os conceitos e pensamentos teóricos e doutrinários sobre a poluição sonora e a sua previsibilidade legal, concernente às leis extravagantes vigentes perante a sociedade brasileira, principalmente ao que se refere o aspecto da proteção da saúde humana e a prevenção de conflitos sociais.

Referente ao debruça-se pela definição e a conceituação sobre as contravenções penais e o crime de poluição sonora como maneira de diferenciação e emprego. Alude-se também o poder de polícia frente à atuação estatal e o seu limite de ação frente aos casos específicos tanto pela prática criminal quanto pela prática contravencional. Importa-se pela conceituação e definição do quão complexo é no que tange ao inquérito civil, a ação civil após o inquérito e da ação popular como forma de preservação e atuação perante os direitos difusos na tutela do meio ambiente, trazendo por evidência o decorrimento pela poluição sonora como crime que, em alguns casos, vem a ser confundida com a contravenção por erro de

interpretação da correta tipificação penal.

Ante a problemática exposta propõem-se verificar os pensamentos doutrinários da área cível, conceituação e previsão da área administrativa, além das jurisprudências julgadas relevantes para o trabalho com a intenção de coroar e mostrar que tudo o que fora explanado é, de fato, coerente com o que a pretensão da análise realizada. Em face do exposto o presente trabalho tem como objetivo apresentar decisões de alguns julgados com o fulcro da manutenção da intervenção mínima, cerne da pesquisa, que adotam as suas correspondentes interpretações e decisões para a pacificação do conflito gerado.

2. Conceitos, leis e princípios

2.1 Sons, Ruído, Perturbação, Sossego e os Efeitos na Saúde

O sossego desempenha um papel crucial na qualidade de vida, proporcionando momentos de tranquilidade e descanso que são essenciais para o equilíbrio físico, mental e emocional. Quando as pessoas têm a oportunidade de desfrutar de períodos de sossego, podem recarregar suas energias, reduzir o estresse e aumentar sua capacidade de lidar com os desafios do dia-a-dia, o sossego promove a introspecção, a criatividade e a conexão consigo mesmo e com os outros, contribuindo para uma sensação de bem-estar geral e uma vida mais satisfatória.

Quando o sossego é perturbado, seja por barulho excessivo, estresse constante ou outras interferências, pode causar uma série de efeitos negativos na qualidade de vida. Essas perturbações podem levar a problemas de saúde física e mental, como distúrbios do sono, aumento do estresse, ansiedade e irritabilidade. Além disso, o constante tumulto pode dificultar a concentração, reduzir a produtividade e prejudicar os relacionamentos interpessoais. Portanto, preservar momentos de sossego é essencial para promover o bem-estar e a qualidade de vida.

No Brasil, a legislação relacionada à perturbação de sossego pode variar entre os diferentes estados e municípios, mas há algumas disposições gerais que se aplicam em todo o país. A perturbação do sossego pode ser considerada uma contravenção penal ou uma infração administrativa, dependendo das circunstâncias.

A Lei de Contravenções Penais, em seu artigo 42, trata da perturbação do sossego alheio, estabelecendo que "perturbar alguém, o trabalho ou o sossego alheios: [...] com gritaria ou algazarra; [...] com instrumento sonoro ou sinais acústicos" constitui contravenção penal. A pena prevista é de prisão simples, de 15 dias a 3 meses, ou multa.

Além disso, muitos municípios possuem legislações específicas que regulam o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais, limitam o volume de som em eventos públicos ou estabelecem regras para o uso de equipamentos sonoros em espaços residenciais.

Em casos de perturbação de sossego, as autoridades competentes, geralmente a polícia, podem ser acionadas para intervir e aplicar as medidas cabíveis, que podem incluir a notificação do responsável, a aplicação de multas ou até mesmo a apreensão de equipamentos sonoros.

Por se tratar de um artigo que abordará a perturbação do sossego alheio e a tranquilidade da pessoa no que concerne a emissão de ruídos sonoros, faz-se de grande importância a sua conceituação, conforme abaixo se segue:

[...] som é qualquer variação de pressão (no ar, na água...) que o ouvido humano possa captar, enquanto ruído é o som ou conjunto de sons indesejáveis, desagradáveis, perturbadores. O critério de distinção é o agente perturbador, que pode ser variável, envolvendo o fator psicológico de tolerância de cada indivíduo. (FIORILLO, 2013, p. 333).

Para (Ferreira 2001, p. 531) a palavra perturbação significa "[...] 2. Causar embaraço ou aborrecimento a. [...] 4. Criar desordem em. [...] Com relação ao conceito de sossego, segundo (Ferreira 2001, p. 647), "(ê) sm. 1. Ato ou efeito de sossegar(-se). 2. Tranquilidade, paz."; Assim como o autor, (Ferreira 2001, p. 680), a palavra tranquilidade é proveniente de tranquilo, "3. De natureza calma, estável."

Correlacionam-se os conceitos, pois, é importante destacar a distinção entre os termos "som" e "ruído". Enquanto o som refere-se a qualquer variação de pressão que o ouvido humano possa captar, o ruído é um tipo específico de som indesejável, desagradável e perturbador. Embora ambos envolvam vibrações no ar ou na água, o ruído é caracterizado pela sua capacidade de causar incômodo ou perturbação, enquanto o som pode ser agradável e desejável em muitos contextos. Essa distinção é fundamental para entender os impactos dos ruídos na qualidade de vida e na saúde das pessoas.

Com relação aos efeitos dos ruídos na saúde, Fiorillo (2013, p. 334):

Diz que quanto maior o período de exposição ao som incorre na perda da audição, logo, quanto maior período, maior será a possibilidade de lesão. Versa que, psicologicamente falando, é possível o ser humano se acostumar a um ambiente ruidoso, contudo, fisiologicamente não é possível. Na mesma linha de pensamento, alega que até os sons mais fracos são perturbadores que, por sua vez, é recomendado o nível acústico até 35 (trinta e cinco) decibéis, equivalente a uma conversa normal.

Na previsibilidade da Lei nº 9.605/98, consoante o “Artigo. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana”. Nota-se que para ser considerada poluição sonora tem que haver uma das possibilidades de resultados previstos; ou seja, que resultem ou possa resultar em danos, no caso, à saúde.

Entretanto, é de grande importância e fundamental definir e abordar a poluição sonora, pois está respaldada tanto pela legislação de crimes ambientais quanto pela lei das contravenções penais. Os efeitos negativos da poluição sonora na saúde humana são diversos, incluindo problemas auditivos, estresse e até mesmo o potencial de desencadear comportamentos violentos. Tanto as leis ambientais quanto as contravenções penais têm como objetivo primordial proteger a saúde e a paz pública, reconhecendo a dignidade humana como um valor essencial a ser preservado e garantido pelo Estado.

Neste caminho, Fiorillo (2013), dispõe do pensamento sobre o que significa “danos à saúde humana”, discorrendo sobre a lei nº 9.605/98, consoante o “Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana [...]”.

Conforme afirmado, a saúde, no plano constitucional, passou a albergar o conteúdo do bem-estar, da ausência de patologia de qualquer espécie, seja a natural, seja a doença ocupacional, profissional ou do trabalho (acidente do trabalho), assim como suas respectivas reparações e adaptações com o objetivo primordial de prevenir e secundário de restituir o status quo ante, “o estado em que as coisas estavam antes da guerra”.

Logo, à preocupação com a saúde humana no que diz respeito o resguardo à segurança física e psíquica do homem, pois, no que se refere à lei de crime ambiental, também se relativiza a lei das contravenções quando se compromete a resguardar a paz pública e os bons costumes, até porque a simples perturbação do sossego ocasionar problemas de saúde, tal como o estresse e a fadiga.

3. Dos Direcionamentos para Área Cível e Administrativa Quanto a Perturbação do Sossego e da Tranquilidade

A perturbação do sossego e da tranquilidade é uma questão complexa que pode envolver diversas abordagens tanto na esfera cível quanto na administrativa. Na esfera cível, é possível buscar a reparação dos danos por meio de ações judiciais, como ação de indenização por danos morais, enquanto na esfera administrativa, a denúncia aos órgãos competentes é uma opção viável. Esses direcionamentos, contudo, precisam ser embasados nas leis e normas locais, e é essencial considerar a aplicação de medidas que respeitem os direitos de todas as partes envolvidas. Além disso, estratégias de mediação e conscientização podem ser eficazes para resolver conflitos de forma mais pacífica e construtiva. Este tema oferece uma oportunidade de explorar tanto aspectos jurídicos quanto sociais, destacando a importância de encontrar um equilíbrio entre a proteção do direito ao sossego e o respeito às liberdades individuais.

Segundo Montefusco(2006), destaca em sua ementa que no processo criminal de perturbação do sossego alheio, o Ministério Público recorreu da decisão de rejeição da denúncia, alegando ausência de elementos suficientes para o prosseguimento do processo. A decisão ressalta a necessidade de dois meios de prova para esse tipo de contravenção penal: a testemunhal e a técnica (medição sonora por decibelímetros). No entanto, para que a prova testemunhal seja admitida, é necessário que haja a presença de vítimas ou testemunhas determinadas, o que não ocorreu no caso em questão. Além disso, a ementa discute a possibilidade de enquadrar a conduta como poluição sonora com base em prova pericial, como medições por decibelímetro, desde que não haja vítimas definidas e haja uma presunção legal de incômodo e perturbação do sossego alheio.

EMENTA: RECURSO DE APELAÇÃO. ART. 42, INCISO III, DO DL 3.688/41. PERTURBAÇÃO DO SOSSEGO ALHEIO. DENÚNCIA REJEITADA. PEDIDO DE RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. NÃO ACOLHIMENTO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. RECUSO CONHECIDO E DESPROVIDO. I - Trata-se de recurso de apelação interposto pelo Ministério Público, em face a decisão que rejeitou a denúncia em desfavor de João Manoel Leite de Oliveira, que imputava-lhe a prática de delito previsto no artigo 42, inciso III, da Lei de Contravenções Penais. O Juiz de origem entendeu que não havia elementos suficientes para o prosseguimento do feito, por não ter sido arrolado ou identificado qualquer morador que tenha tido seu sossego perturbado com

tal conduta. II ? Recurso deve ser conhecido, posto que presentes se encontram os pressupostos recursais de admissibilidade intrínsecos e extrínsecos. III - Inicialmente, cabe destacar que a contravenção penal em exame possui 02 (dois) meios de prova: testemunhal ou técnica (medição sonora por decibelímetros). A prova testemunhal (solicitante, transeuntes, vizinhos entre outros) a qual deve atestar o desconforto acústico ou a perturbação do trabalho ou sossego, pode ser usada no caso de impossibilidade de produção técnica, através da medição dos níveis sonoras por decibelímetros. IV - Para ser admitida com exclusividade a prova testemunhal, deve haver a presença de vítimas ou testemunhas determinadas, uma vez que o tipo previsto no artigo 42 das Leis das Contravenções Penais reclama como elementar, de forma clara, perturbar o trabalho ou sossego alheios, exigindo-se, no caso, a presença de mais de uma vítima ou testemunhas. V - Não havendo vítimas definidas e solicitação de atuação por particulares, ainda é possível o enquadramento da conduta de poluição sonora na figura típica do artigo 42 das Leis das Contravenções Penais caso exista prova pericial (medição por decibelímetro), atestando que o som emitido pelo veículo do Sr. João Manoel estava acima dos níveis legais permitidos, uma vez que, neste caso existe uma presunção legal de incômodo e perturbação do trabalho e sossego alheios, pois nesse as vítimas são indeterminadas. VI- Com efeito, não se verifica que houve uma coletividade de pessoas atingidas pelo fato, mas tão somente alegação de denúncia que motivou a ida dos policiais ao local. Portanto, os elementos de informação até o momento coligidos não se prestam a demonstrar minimamente a perturbação do sossego imputada ao denunciado, o que poderia ser feito, por exemplo, por testemunhas/ofendidos, os quais poderiam confirmar que efetivamente houve uma perturbação da coletividade que reside no local do fato ou o laudo das medições realizadas. Desse modo, não é possível o ajuizamento de ação penal com base única e exclusivamente no depoimento dos policiais militares, e isso não pelo fato de seus depoimentos não terem fé pública, mas sim, porque não é possível saber se as pessoas que residem nas proximidades, foram efetivamente lesadas. Verifica-se no presente caso que, além de não constar vítimas determinadas também não foi anexado aos autos informação de medições dos ruídos emitidos pelo som do veículo do denunciado. No mesmo sentido se manifestaram as Cortes de Justiça estaduais, consoante atestam os arestos adiante colacionados: ?PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. REJEIÇÃO DA DENÚNCIA. POLUIÇÃO SONORA. ART. 54 DA LEI Nº 9.605/98. LEI DE CRIMES AMBIENTAIS NÃO SE APLICA À CONDOTA NARRADA NA DENÚNCIA. INEXISTÊNCIA DE PROVA DE DANO OU DO PERIGO DE DANO À SAÚDE HUMANA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. - À UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO.1. Não se justifica o enquadramento da conduta imputada ao acusado no artigo 54 da Lei dos Crimes Ambientais, configurando tal procedimento clara interpretação in malam partem, por haver dispositivo específico para a hipótese, no caso o art. 42 da Lei de Contravenções Penais. De outra parte, não restou demonstrado o perigo da conduta do recorrido para a saúde humana, ou seja, a materialidade do delito não foi comprovada.2. Faltando justa causa para a ação penal, forçosa é a rejeição da denúncia, com base no artigo 395, III, do Código de Processo Penal. Acórdão XXXXX-9. Número de Origem XXXXX20088171130. Relator Gustavo Augusto Rodrigues De Lima. Relator do Acórdão Gustavo Augusto Rodrigues De Lima. Órgão

Julgador 4ª Câmara Criminal. Data de Julgamento 21/7/2009, TJPE. e PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL. CONTRAÇÃO DE PERTURBAÇÃO DO TRABALHO OU DO SOSSEGO ALHEIOS (LCP, art. 42, IV). AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. FATOS IMPASSÍVEIS DE ATINGIREM A PAZ SOCIAL. AFETAÇÃO DE APENAS DUAS PESSOAS INSERIDAS EM UM EXPRESSIVO UNIVERSO. ORDEM CONCEDIDA. 1. A tipificação do fato que enseja perturbação ao trabalho ou sossego alheios destina-se a tutelar a paz pública, ou seja, resguardar a tranquilidade do tecido social de forma a viabilizar a convivência pacífica dos cidadãos, reprimindo a conduta que atenta contra o comportamento esperado do homem médio que vive e convive sob as regras que conferem sustentação ao estado democrático de direito, exorbitando seus efeitos da sua esfera pessoal e, desbordando dos direitos que lhe são inerentes, afetam os direitos dos demais protagonistas da vida em sociedade. 2. Se os fatos, ainda que ocorrentes, não foram aptos a macular a paz social, não tendo afetado a coletividade representada pela pluralidade de pessoas integrantes da mesma comunidade em que se verificaram - edifício residencial -, afetando, segundo o delineado na peça acusatória, apenas 02 (dois) moradores, não se emolduram na tipificação legal, nem guardam conformação com o almejado pelo legislador ao enquadrar fatos passíveis de macularem a tranquilidade e a paz pública como contração penal. 3. Desqualificados como contração penal por não se emoldurarem na tipificação legal, nem guardarem conformação com o almejado pelo legislador ao enquadrar fatos passíveis de macularem a tranquilidade e a paz pública, os fatos alinhados são inaptos para aparelharem a ação penal aviada por restar desprovida de justa causa, devendo-lhe ser colocado termo de forma a prevenir que a acusada seja submetida a constrangimento ilegal. 4. Ordem de habeas corpus concedida. Unânime. (Acórdão XXXXX, 20060160007030DVJ, Relator: TEÓFILO CAETANO, 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, data de julgamento: 27/6/2006, publicado no DJU SEÇÃO 3: 29/8/2006. Pág.: 142).?VII ? Assim, forçoso concluir que se faz ausente a justa causa (lastro probatório mínimo) para a propositura de ação penal, de modo que alternativa não há que não a manutenção da rejeição da denúncia. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Sem custas e honorários advocatícios.

"A preservação do sossego e da tranquilidade é essencial para o bem-estar e a qualidade de vida das comunidades. Ao mesmo tempo, é fundamental reconhecer a complexidade desse desafio, que exige não apenas a aplicação adequada das leis e normas, mas também o estabelecimento de diálogo e a promoção de uma cultura de respeito mútuo. Nesse sentido, os direcionamentos para a área cível e administrativa quanto à perturbação do sossego e da tranquilidade devem ser pautados não apenas na aplicação rigorosa das normativas legais, mas também na